

# “Pacote” exclui liras e pesetas

por Sônia Jourdan  
de São Paulo

A proposta da fase 2 do programa de refinanciamento da dívida — um documento datado de 12 de outubro de 1983, ao qual este jornal teve acesso — não previa adesões ao “jumbo” de US\$ 6,5 bilhões em liras e pesetas. O que o governo ofereceu à comunidade credora foi a possibilidade de usar o dólar ou o seu equivalente, a cada data de desembolso, em francos belgas, marcos alemães, dólares canadenses, florins holandeses, libras esterlinas, francos suíços e ienes japoneses. Quanto à escolla, foi restrita a duas entre as moedas citadas, sendo sempre uma delas o dólar, e, no que se refere ao desembolso, o documento assinala que deve ser feito numa única moeda.

Não há nenhuma referência a pesetas nem a liras italianas, o que contradiz o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. Ele, ao admitir a montagem do “jumbo” na base de uma cesta de moedas, disse que isso já estava previsto desde o início das negociações. (Procurado em São Paulo por este jornal, o presidente do BC não foi encontrado.)

(O Banco de La Nación Argentina, em contato na tarde de sexta-feira com este jornal, revelou ter confirmado oficialmente sua participação no “jumbo”, com US\$ 10 milhões. Em telex enviado ao Morgan Guaranty Trust, coordenador do empréstimo, o La Nación formalizou sua adesão e comunicou ter completado a liberação de US\$ 7,34 milhões, por conta de três parcelas retidas do antigo “jumbo” de US\$ 4,4 bilhões acertado para 1983.)

# “Pacote” exclui liras e ...

por Sônia Jourdan  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

depois do desembolso, o governo brasileiro devolveria o equivalente em dólares naquelas divisas, aceitando, portanto, o risco de uma futura inversão de posições no mercado de câmbio.

Para quase todos os bancos europeus esta solução é interessante, menos para os italianos e espanhóis. Com suas divisas excluídas da lista, eles naturalmente passaram a questionar alguns pontos da proposta, alegando dificuldades de captação no mercado de eurodólares e formulando exigências de compensações e reciprocidades.

“Por que não liras ou pesetas? Esta pergunta, formulada pelas associações espanhola e italiana de bancos, foi repetida ao longo dessa semana pelos vários representantes de instituições estrangeiras consultados por este jornal. Na sexta-feira, eles reafirmavam não ter notícia de um acordo entre a Associação dos Bancos da Itália, de um lado, e o comitê assessor e as autoridades brasileiras do BC, de outro, para o estabelecimento das bases da

participação italiana no “jumbo”.

Quanto aos espanhóis, a formalização da sua entrada no empréstimo, com um total de US\$ 50 milhões, ainda não foi possível porque a Associação Espanhola de Bancos acha que persistem alguns problemas técnicos e jurídicos, não superados nas negociações com o Banco Central e debatidos na última terça-feira na reunião promovida pela entidade, em Madri. Nessa reunião, segundo informou na sexta-feira alta fonte de uma representação ligada ao coordenador do empréstimo na Espanha, o Banco de Bilbao, as instituições decidiram insistir com o BC em alguns pontos que consideram nebulosos e não abriram mão de vincular o desembolso à abertura de uma “escrow account” (conta bloqueada), que garantiria prioridade nos pagamentos em caso de acúmulo de juros em atraso.

A fonte ressaltou ser um consenso entre todas as instituições espanholas o desejo de participar do empréstimo, embora não nas bases estabelecidas pelo governo brasileiro. Sem identificar quais são, exatamente, os problemas técni-

cos e jurídicos que emperram a adesão formal, o representante compensou a limitação das respostas às perguntas que lhe foram formuladas com uma declaração tranquilizadora: os bancos da Espanha sequer ventilaram a possibilidade de seguir o exemplo de algumas pequenas instituições norte-americanas que, tendo um “exposure” reduzido no Brasil, preferiram lançar os débitos na conta de créditos em liquidação. Com isso, fugiram do risco e abandonaram o processo de renegociação da dívida brasileira.

Nesse ponto, a notícia de que os bancos espanhóis não estão pensando nessa solução é duplamente tranquilizadora, pois toca de perto na segunda — e mais importante que a questão das moedas — área de atrito para o fechamento do “jumbo”. E que os bancos espanhóis poderiam anular boa parte dos compromissos obtidos até agora da parte dos outros credores, uma vez que o documento em que as autoridades governamentais apresentaram a proposta do jumbo previa a participação de todas as instituições que, de alguma forma, tinham empréstimos aplicados no País e créditos a receber.

Com base nas observações de representantes de instituições credoras consultados por este jornal e nos termos em que a proposta foi formulada aos bancos, podem ser identificadas basicamente duas áreas de atrito a que se podem atribuir os percalços que as autoridades brasileiras estão enfrentando na montagem do “jumbo”.

A primeira delas é a questão da escolha da moeda na formalização das adesões. Ao propor as sete citadas, todas moedas fortes, o governo facilitava a participação da maioria dos seus principais credores e, ao mesmo tempo, resguardava-se do risco cambial. As respectivas moedas seriam trocadas por dólares e, na época do pagamento, nove anos

(Continua na página 12)